

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. Raimundo Magalhães (depoimento, 1979). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 0min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA (ABI) e CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Raimundo Magalhães
(depoimento, 1979)**

Rio de Janeiro

2018

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Não há informação;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes;

Data: 23/01/1979 a 23/01/1979

Duração: 1h 0min

Arquivo digital - áudio: 2; Fita cassete: 1; Fita rolo: 1;

Esta entrevista é parte integrante de uma série de depoimentos realizados pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre 1977/1979 e doadas ao CPDOC em 15/08/1996. A escolha do entrevistado se justifica por sua trajetória como jornalista, poeta, político e tradutor; foi secretário de A Noite Ilustrada, fez parte do grupo fundador do Diário de Notícias, diretor das revistas Carioca, Vamos Ler e Revista da Semana e redator de A Noite desde 1930. Membro da Academia Brasileira de Letras.

Temas: Assis Chateaubriand; Departamento de Imprensa e Propaganda; Departamento de Propaganda e Difusão Cultural; Diário de Notícias; Estado Novo (1937-1945); Filinto Müller; Getúlio Vargas; Governos militares (1964-1985); Imprensa; Jornalismo; Orlando Dantas; Redemocratização de 1945;

Sumário

Entrevista: 23/01/1979

Fita 1-A: comentários sobre a prisão de Orlando Dantas, dono do Diário de Notícias, durante o Estado Novo (1937-1945) e os problemas enfrentados pelos repórteres de oposição ao governo em diferentes épocas; considerações acerca dos períodos em que ficou fora do país durante o Estado Novo: o ano de 1940 e novamente em 1942 devido ao artigo "Pisando na Cola da Quinta Coluna"; lembranças da fundação do Diário de Notícias em agosto de 1930 como um jornal de oposição e dos motivos de sua saída do jornal no ano de 1933; observações a respeito de sua volta ao Diário de Notícias em 1945; comentários sobre a conduta de Orlando Dantas, à frente do Diário de Notícias, durante o Estado Novo; considerações sobre o rompimento de Orlando Dantas com Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo e com Getúlio Dornelles Vargas; relato de suas divergências com Orlando Dantas: o primeiro, um socialista, e, o segundo, um liberal; comentários sobre os rumos tomados pelo Diário de Notícias após a morte de Orlando Dantas; observações acerca das punições impostas aos jornais que escrevessem contrariamente às determinações do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); comentários a respeito dos salários pagos pelo Diário de Notícias e a liberdade de opinião dada a seus repórteres; relato dos acontecimentos que determinaram o fim do governo de Getúlio Vargas em 1945 e a posição do Diário de Notícias frente a todos esses acontecimentos; comentários sobre o desejo do general Góis Monteiro de liquidar o Estado Novo; lembranças do período em que foi censor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC): 1936 a 1940.

Fita 1-B: relato de sua última intervenção como censor do DPDC e dos desdobramentos de seu artigo "Pisando na Cola da Quinta Coluna" publicado na Diretrizes; comentários sobre a repercussão de uma reportagem, feita pelo entrevistado, com João Cândido, líder da Revolta da Chibata (1910), na Revista da Semana; breves considerações acerca da importância do Congresso dos Escritores (São Paulo, 1945); observações a respeito da influência do integralismo nos jornais cariocas; relato das estratégias adotadas por Orlando Dantas que transformaram o Diário de Notícias no jornal mais lido pelos militares; comentários sobre a repressão exercida por Filinto Müller através da Polícia Especial durante o Estado Novo; considerações acerca das críticas do Diário de Notícias à Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo; observações a respeito das dificuldades em se denunciar os crimes de tortura ocorridos durante o Estado Novo; lembranças de seu trabalho no Diário de Notícias; comentários sobre a liberdade de imprensa em 1945; considerações a respeito da impossibilidade de se traçar um paralelo entre o Estado Novo e a Ditadura Militar (1964-1985); observações acerca da redemocratização de 1946.

Entrevista: 23.01.1979

G.N. – Eu teria como questão inicial a colocar, justamente... O nosso tema é o *Diário de Notícias*, sobre aquela fase do Estado Novo, da agonia do Estado Novo, e eu queria colocar... Lembrando que o *Diário de Notícias*, o seu proprietário, o Orlando Dantas, ele foi o único dono de grande jornal a ser preso durante o Estado Novo, se não me engano, não é isso? Eu li uma menção a esse respeito naquele suplemento que *O Estado de S. Paulo* fez no centenário. Na parte que ele fala da imprensa, ele assinala esse ponto.

R.M. – Não, mas eu... Se foi preso, foi preso por muito pouco tempo. E naquela época era comum o diretor de jornal ter problemas, quando era... opiniático, quando não se rendia às exigências do governo. Muitos jornalistas foram presos, mesmo antes do Estado Novo. No tempo de Bernardes, por exemplo, vários deles foram presos: o Edmundo, o Paulo Filho, o Paulo Bittencourt e vários outros foram presos. É raro o jornalista de oposição que não teve um período turbulento, um período delicado na sua vida. Eu não sei propriamente dessa prisão do Dantas. Se foi, foi uma prisão rápida, ou então coincidiu com o período em que eu não estava no Brasil. Eu passei três anos ausente, durante o Estado Novo. Eu estive, primeiro, o ano de 1940, e depois saí novamente, em 1942, e voltei em 1944. Em 1942, eu estive para ser preso, mas consegui sair do país, fui para os Estados Unidos e voltei dois anos depois e já estava tudo esquecido, mas não foi por causa de artigo no *Diário de Notícias*, porque eu não escrevi no *Diário de Notícias* na ocasião; foi em *Diretrizes*.

G.N. – Qual foi o fato?

R.M. – Eu escrevi, em dezembro de 1941, um artigo com o título: “Pisando na cola da quinta-coluna”, pouco depois do bombardeio de Pearl Harbour, e eu então fazia uma insinuação de que um dos mais fortes redutos do nazismo no Brasil era o Ministério da Guerra, era... o Dutra era simpatizante do regime alemão. E realmente era.

Mas o Dantas é interessante. O Dantas, o depoimento que eu posso dar sobre ele é, em primeiro lugar, o princípio do *Diário de Notícias*. Eu fui um dos fundadores do *Diário de Notícias* e trabalhei lá com o Dantas uns três anos seguidos: de 1930 a 1933, mais ou menos.

E é curioso porque, nessa época, o Orlando Dantas era mais um homem de administração do jornal do que mesmo um diretor. Ele tinha os diretores intelectuais, que eram o Nóbrega da Cunha e o Alberto Figueiredo Pimentel, e tinha um redator-chefe muito bom, que era o João Maria dos Santos, um negro de grande talento, educado na França, tinha estudado na França – era um jornalista de grande capacidade, brilhante mesmo. E o *Diário* ia mal nessa época, ia muito mal. E ele começou pouco antes da Revolução de 1930. Ele começou em agosto de 1930.

G.N. – Como jornal de oposição?

R.M. – É, como jornal de oposição. E logo de entrada, logo depois da revolução, houve umas tolices. Porque havia um redator no jornal, um redator político chamado Agripino Nazareth, que depois, parece que foi ministro da Justiça do Trabalho, foi uma figura graduada do Ministério do Trabalho, e o Agripino Nazareth era um homem destabocado, meio metido a revolucionário e, logo que triunfou a revolução do Getúlio, ele deu uma manchete que desgostou muito ao Dantas. O Dantas arrancou cabelos com aquilo. Era “Todo o poder a Juarez Távora”, a manchete. Ele queria transformar o Juarez Távora em ditador. Aquilo foi um escândalo tremendo.

Eu fui inclusive secretário, com o Xavier de Araújo, o grande Xavier de Araújo, que foi deputado federal e vereador da UDN, eu fui secretário de uma edição da tarde do *Diário de Notícias*. Essa edição saía mais ou menos ao meio-dia. Mantinha-se uma parte da matéria da *Folha da Manhã*, acompanhávamos os acontecimentos do dia até o meio-dia, víamos se tínhamos sido furados por algum jornal em algum fato e, então, fazia-se aquela edição resumida de toda a imprensa. Mas isso também não pegou.

E eu saí do *Diário de Notícias*, no fim de três anos, um pouco brigado, porque os salários estavam em atraso e, no terceiro aniversário do jornal, houve uma festa em que serviram champanhe, e eu achei aquilo um absurdo, um jornal que estava com o salário em atraso dar uma festa, a direção dar uma festa com convidados e servir champanhe. Era um pouco de *show off*. Havia diretores de agências de publicidade e essas coisas todas. Mas, de qualquer maneira, irritante. Saí. E levei muito tempo ausente do *Diário de Notícias*, até que voltei, em

1945, já no fim do Estado Novo. Em 1945, eu voltei para o *Diário de Notícias*, como colaborador. E aí, então, o Dantas era quem realmente orientava o jornal. Ele já tinha passado daquela fase de ter diretores intelectuais e ele tinha resolvido ele próprio imprimir uma conduta ao jornal.

E durante o Estado Novo, realmente, ele não recebeu dinheiro do governo. Ele não quis nada com o governo. Manteve uma atitude de *absoluta independência* – às vezes, passando dificuldades sérias, mas manteve. E isso foi compreendido pelos homens públicos brasileiros que faziam parte da oposição, que passaram a ajudar o Dantas em tudo que era possível.

Eu sei, por exemplo, que, em uma ocasião, o jornal estava em dificuldades e o Artur Bernardes foi procurar o Dantas e declarou ao Dantas que queria comprar umas ações do *Diário de Notícias*, e o Dantas declarou que não queria intromissão de políticos no *Diário de Notícias* e ele disse: “Não, eu quero comprar umas ações, mas eu quero ficar longe do seu jornal, e no dia em que você tiver condições para me recomprar as ações, você compra”. E trocou uma carta com o Dantas nesse sentido. E o Dantas, então, vendeu ações a ele e, mais tarde, o Dantas realmente recomprou, sem nenhum lucro para o Artur Bernardes. Quer dizer, foi um capital que o Bernardes imobilizou. Evidentemente, não era grande coisa naquela época – eram 200 contos ou 300 contos. Hoje isso é ridículo, mas naquela época era alguma coisa, não é?

Ele mantinha uma independência tremenda. Agora, ele tinha seus preconceitos. Ele era sistemático, era um homem sistemático nas oposições... nas opiniões. Ele trabalhou com o Assis Chateaubriand, você sabe disso. Ele começou a vida de imprensa dele nos Associados, e rompeu com o Assis Chateaubriand e, então, depois desse rompimento, quando ele botou o *Diário de Notícias* para fazer frente aos Associados, ele não reconhecia, no Assis Chateaubriand, nenhuma qualidade mais: o Assis Chateaubriand não tinha caráter, o Assis Chateaubriand era um negociante, o Assis Chateaubriand não tinha talento, o Assis Chateaubriand não tinha patriotismo, o Assis Chateaubriand fazia chantagem com os lactários, com os aviões, com tudo. De maneira que ele não... Era inteiramente... Era uma coisa inteira: ele não tolerava de maneira nenhuma. E também não tolerava o Getúlio de maneira nenhuma, depois que ele rompeu com o Getúlio. No princípio, o jornal era um jornal revolucionário, mas depois...

G.N. – Esse rompimento se dá quando?

R.M. – Isso se dá com a Revolução de São Paulo, em 1932.

G.N. – Ele toma partido...?

R.M. – Ele tomou um partido moderado, porque não era possível, porque havia uma pressão grande, mas ele tinha simpatias. Daí ele ter... Ele começou a se afastar. Então, quando veio o problema da candidatura José Américo, que o *Diário de Notícias* embarcou na candidatura José Américo e houve aquela atrapalhada, aí, então, ele foi definitivo. Não havia meios.

Agora, eu devo lhe dizer o seguinte: eu colaborei no *Diário de Notícias* durante mais ou menos uns... assinando artigo... Eu já tinha escrito artigos assinados na primeira fase, mas depois – de 1945 ou 1946 até depois da morte do Dantas – eu colaborei escrevendo diariamente. Por exemplo, eu fiz uma vez, em 1952, uma viagem à Europa – eu levei seis meses na Europa – e não deixei de escrever o meu artigo um único dia no *Diário de Notícias*. Porque eu calculei... Eu fui de navio e calculei a minha viagem daqui para... O primeiro porto de escala era Dacar, onde eu ia mandar um pacote via aérea. Escrevi no navio uma série de artigos, e deixei aqui mais ou menos uns dez ou doze e mandei de lá uma série, de maneira que havia sempre coisas para sair. E nunca deixei de escrever um dia no *Diário de Notícias*.

E da parte do Orlando Dantas, muitas vezes, as minhas opiniões não coincidiam com as dele, porque eu não era tão sistemático e, além do mais, o seguinte: ele era um liberal e eu era um socialista. A minha opinião era uma opinião socialista. Eu já tinha ultrapassado o liberalismo e era e sou, inclusive, a favor de certas instituições. Porque eu acredito que um país de economia fraca como o nosso não pode viver numa economia liberal inteiramente franca, que se torna uma escrava completa do capital estrangeiro.

Então, muitas vezes, eu escrevia um artigo com uma opinião inteiramente contrária à opinião do Dantas. Entrava lá, ele estava e eu ia sempre falar com ele – uma vez ou duas por semana, eu ia ao *Diário de Notícias* –, eu chegava no gabinete dele... “Dantas, como vai?”. Ele dizia: “Olha, aquele teu artigo de anteontem, eu não estou de acordo com nenhuma linha daquele

artigo. Mas eu sou como Voltaire, eu deixo que vocês digam o que quiserem, mas depois eu respondo nos meus editoriais”. Tinha, às vezes, polêmicas. E, assim, o Osório Borba, que também era um homem de opinião também muito diferente da dele às vezes. Ele não intervinha, ele dava depois o editorial, que representava a opinião do jornal.

Agora, escreveram lá pessoas as mais diferentes: Rafael Correia de Oliveira, que era um udenista [**inaudível**], e também, muitas vezes, as opiniões dele, mas era um udenista [**inaudível**] e com uma certa truculência também. Ele queria... Era golpista. Mas aí já não é tão liberalista, tão liberal. Ele queria sanear o país pelo golpe, mas desde que o golpe fosse liderado pelo Eduardo Gomes. Era uma figura assim. Mas o Osório Borba, o Rubem Braga, o Joel Silveira, eu e outros, mas ele dava aquela opinião dele e não havia problema nenhum. Nunca houve um choque.

Agora, depois que ele morreu, a primeira vez que eu entrei em choque com o *Diário de Notícias*... Fizemos polêmica em duas ou três vezes, nos editoriais e, na quarta ou quinta vez, o Prudente de Moraes Neto me telefona e diz: “Olha, Magalhães, tenho que te comunicar uma coisa desagradável, os seus artigos não podem sair mais”. Eu digo: “Eu já contava. Eu estava esperando por isso”. Porque já com o filho e a...

G.N. – O Prudente era chefe de redação?

R.M. – Era o chefe da redação. Mas ele tinha recebido uma ordem direta da madame Dantas. O filho e a senhora do Dantas¹, eu não digo que sejam más pessoas, não – ela, inclusive, até escrevia bem sobre assuntos musicais –, mas não tinham aquela firmeza do Dantas, do velho Dantas. O filho quis fazer política, quis ser embaixador, então, alienou já o jornal, entregou-se ao Jânio Quadros, quer dizer, passou a fazer política partidária. O velho Dantas não. O velho Dantas tinha aquelas cabeças de turco, aqueles inimigos tradicionais dele, mas ele não se ligava a um partido, ele não estava... Basta dizer que homens tão diferentes escreviam, diariamente, artigos assinados lá, ou quase diariamente.

¹ O entrevistado refere-se a Ribeiro Dantas e Ondina Ribeiro Dantas, respectivamente.

G.N. – Agora, voltando a um ponto que foi abordado por você, você mostra, deixa claramente... “O Orlando Dantas foi o único que não recebeu dinheiro do governo na época da ditadura”. Era uma exceção, esse comportamento?

R.M. – Eu não digo que tenha sido o único. Eu não posso... Eu não sei, realmente, quem recebia dinheiro. Agora, sei que outros jornais frequentavam bastante o gabinete do Lourival Fontes; sei que alguns fizeram parte de um conselho de imprensa.

G.N. – O Conselho Nacional de Imprensa.

R.M. – ...que decretava punições para aqueles que escreviam coisas contra as determinações do DIP [Departamento de Imprensa e Propaganda]. Agora, ele não fez parte...

G.N. – Que tipo de punição era?

R.M. – A punição era: a suspensão do jornal por cinco dias, por dez dias, era a proibição da importação de papel e outras coisas assim. Eram tremendas. O Dantas era um homem muito econômico, ele não gostava de pagar muito – ele pagava moderadamente. Os ordenados dele eram pequenos, em face dos outros jornais. Mas, também, ele era pontual, a não ser em momento de extrema dificuldade. No início do jornal, como eu lhe disse, houve atraso de pagamento, festa com champanhe e aquelas bobagens todas. Houve isso. Agora, depois, quando ele se firmou e se tornou um homem próspero – o jornal teve uma fase de grande prosperidade, quando saiu dessa dificuldade do Estado Novo e tudo isso –, ele era de uma pontualidade absoluta, mas muito econômico. Ele não era de pagar salários extraordinários, não. Ele pagava moderadamente. Agora, dava uma liberdade de opinião... Por exemplo, eu escrevi na *Folha Carioca*, escrevi na *Última Hora* por algum tempo, por algum período, escrevi na *Folha*, nas folhas de São Paulo, escrevi na *Tribuna de Santos*, escrevi diariamente, e todos me pagavam melhor do que o *Diário de Notícias*. Mas o *Diário de Notícias* me dava uma liberdade de opinião que nenhum jornal dava. Nunca tive *um artigo* impugnado, no *Diário de Notícias*.

G.N. – Agora, esse período do início de 1945, da decomposição do Estado Novo, como é que o *Diário de Notícias* marca a posição dele nessa fase? O Getúlio tentando se segurar ainda no poder...

R.M. – O *Diário de Notícias* entrou na campanha, mas não foi o *Diário de Notícias* que abriu a campanha. Aí houve uma coisa... O que determinou realmente... Os acontecimentos que determinaram a queda da ditadura foram: um, o congresso de escritores², em São Paulo – já aquilo foi um desafio...

G.N. – Em 1945?

R.M. – Em 1944. Logo depois, depois desse congresso de escritores, veio a conspiração, pela entrevista do José Américo de Almeida. O José Américo de Almeida era o candidato das esquerdas, não vamos dizer o contrário – o José Américo, quando foi o candidato, em 1937, ele era o candidato das esquerdas. Era um candidato que vinha... Foi aceito oficialmente, mas com um desgosto do... Formou-se uma corrente para impor a candidatura dele e o governo teve que aceitar, para procurar depois digeri-lo, como acabou acabando com a candidatura dele. Mas no momento, não quis demonstrar isso, não é?

Então, os manifestos a favor do José Américo estão assinados por todos os intelectuais de esquerda do Brasil. E houve uma conspiração, em fins de 1944 para princípio de 1945, e o instrumento dessa conspiração foi o Carlos Lacerda, indo fazer uma entrevista, mandado... Ele foi mandado fazer essa entrevista para sair, simultaneamente, no *Diário Carioca*, no *Correio da Manhã* e no *Diário de Notícias*, que eram os três grandes jornais da manhã. Mas houve um problema qualquer, um desencontro e acabou saindo só no *Correio da Manhã*. Depois os outros publicaram, mas...

G.N. – Não houve recuo dos outros dois jornais?

² O entrevistado refere-se ao I Congresso Brasileiro de Escritores.

R.M. – Não sei se foi recuo, um desencontro ou uma hesitação. Mas aí, logo que aconteceu isso, o que se tornou... Os pontos centrais [inaudível] é a campanha. Não houve grande demora. E o que foi mais importante que tudo é que um jornal que não tinha compromisso com isso, que era *O Globo*, *O Globo* avançou com a candidatura do Eduardo Gomes. Aí foi um choque tremendo, um oficial-general respeitadíssimo... E o Getúlio imediatamente teve que apelar para o Dutra, para poder fazer parte, dividir as Forças Armadas, senão ele caía naquele momento. O Getúlio foi muito inteligente, muito sábio. Embora tendo perdido a parada, ele era diabólico, era maquiavélico. Foi um homem de grande talento.

G.N. – Nesse episódio da entrevista do José Américo, fala-se, comenta-se até hoje a participação da embaixada americana nesse...

R.M. – Eu não acredito. O Getúlio era *persona grata* dos americanos naquele momento. O Roosevelt vinha aqui se encontrar com ele [na base militar americana de] Parnamirim. Ele tinha servido a todos os interesses americanos. O que os americanos podiam exigir do Getúlio que o Getúlio não desse? Ele deu as bases: deu base naval no Recife, deu...

G.N. – Sim, mas a guerra já estava terminada, praticamente.

R.M. – Não, mas não estava... Estava quase terminada, mas eles não tinham razão nenhuma para jogar fora um homem que tinha valido a eles naquele momento difícil. Eles jogaram fora o Salazar, que deu os Açores para eles? Jogaram fora o Fulgêncio Batista? O Franco? Então, você está vendo que não havia motivo. Não, eu não acredito. Houve um movimento nacional, depois já de furado isso. Depois de furado, aí sim, aí houve, da parte do embaixador Berle³, que até foi chamado depois para os Estados Unidos. Parece que o Departamento de Estado não gostou muito. Mas ele era um liberal, o Berle.

G.N. – Ele se entusiasmou demais?

R.M. – Ele se entusiasmou e fez um discurso para ser ouvido por jornalistas e, então, se felicitava pelo Brasil marchar para a democracia, restaurar as franquias e essa coisa toda, e o

³Refere-se ao embaixador americano Adolf Berle Jr.

Getúlio ficou danado, tinindo com isso. Imediatamente, os jornais oficiais atacaram muito o Berle, por intromissão nos assuntos internos.

G.N. – Quais eram os jornais oficiais?

R.M. – Houve isso. Mas o Berle foi chamado inclusive, foi chamado imediatamente pelo Departamento de Estado. Não, não houve... Eu acho o seguinte: seria uma injustiça aos brasileiros se atribuir esse movimento aos Estados Unidos. Que o negócio foi cozinhado em parte na Itália, dentro da FEB, aí sim, em contatos com generais ingleses, com generais americanos, conversas, jantar, passeio em Florença... “Mas como é, vocês não saem dessa ditadura? Quando é que vocês vão votar, no Brasil?”, isso, sim, isso é muito possível, com o Alexander, o Crittenberger, o Mark Clark. Porque também não são... Eles estavam conversando não só sobre batalhas; eles conversavam sobre tudo e procuravam fazer um ambiente de camaradagem e de amizade.

G.N. – Agora, deflagrada a campanha contra a ditadura, pela entrevista do José Américo, daí em diante, como é que o *Diário de Notícias* se...?

R.M. – O *Diário de Notícias* se comportou admiravelmente bem, e vou lhe dizer mais o seguinte: a superioridade do Dantas foi tão grande que não se deixou envolver, em nenhum momento, pelos oportunistas políticos, que vinham oferecer a ele para ser senador pelo Rio Grande do Norte, que era o estado dele, e ele não queria; queriam oferecer a candidatura dele de deputado no Distrito Federal, ele não quis. Em suma, procuraram envolvê-lo de todas as maneiras. Se ele fosse fraco como o filho, ele tinha caído numa esparrela política. Ele foi um homem que elevou o jornalismo brasileiro, deu uma grande dignidade à sua folha e morreu dignamente, sem ter capitulado em nenhum momento a essas seduções, que foram enormes. Ele podia ter sido embaixador, senador ou... Ele não queria saber de nada disso. Ele tinha era orgulho de ter levantado aquela folha. Foi pena que ele tivesse tido um câncer no cérebro. Ele teve um problema muito sério de saúde, então, fez uma operação nos Estados Unidos e essa operação retirou aquele tumor. Aí ele ficou um pouco prejudicado intelectualmente, com dificuldade de exprimir as suas idéias, e entrou numa decadência física. Mas mesmo com a decadência física, enquanto ele viveu, o jornal se manteve naquela **alteza**.

G.N. – Agora, a entrevista do Góis Monteiro foi dada com exclusividade pelo *Diário de Notícias*? Quando o Góis Monteiro voltou, me parece, do Paraguai e disse...

R.M. – Quando voltou do Uruguai. Veio para...

G.N. – ...disse: “Vim para derrubar Getúlio”.

R.M. – ...para liquidar o Estado Novo.

G.N. – liquidar o Estado Novo. Mas isso ele disse agora?

R.M. – Ele dizia que.. Não, liquidar o Getúlio, não. Liquidar o Estado Novo.

G.N. – O Estado Novo?

R.M. – É. Ele disse que vinha liquidar o Estado Novo. Porque ele queria ser o antecipador das reformas políticas. É como o Petrônio. Ia remodelar tudo e... “Muito bem, vamos acabar com isso e sair para outra. O mundo está provando etc.”. O caso dele é esse. Se ele fosse um homem...

G.N. – Mas seria uma ambição pessoal, puramente, ou ele refletia uma apreensão do Exército?

R.M. – Talvez, se ele não quisesse a divisão das Forças Armadas, tivesse sentido. Mas no fundo, ele queria para ele a presidência da República. Esse homem foi dominado por uma obsessão: a obsessão de chegar ao poder. Ele chegou ao Senado... E nada mais do que isso.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

R.M. – E o general Góis Monteiro era uma figura muito curiosa. Uma ocasião, eu fiz uma entrevista com ele, quando ele chegou dos Estados Unidos, e depois de ele fazer a entrevista,

de ele ter dado a entrevista, na qual ele dizia que o general Eisenhower era um incompetente, que o general Marshall era um toleirão... Em suma, ele disse as coisas mais tremendas sobre a organização militar americana, ainda insistindo em que os alemães só estavam sendo derrotados porque havia uma conspiração mundial contra a Alemanha. Depois daquelas coisas todas, terminada a entrevista, ele disse: “Lê. Lê que eu quero ouvir”. Aí eu recitei para ele, e cometi depois uma indiscrição, uma tolice que, jornalisticamente, eu não me perdôo até hoje, eu disse: “General, se fosse qualquer outra pessoa que desse essa entrevista que não fosse o senhor, essa pessoa corria o risco de ser fuzilada”. E ele disse assim: “Por quê?”. Eu digo: “Porque essa pessoa ficaria sob a suspeita de traição, de convivência com o inimigo”. [riso] E ele disse assim: “Então, rasga e vamos fazer outra”. E me obrigou a rasgar. Então, deu tudo ao contrário do que tinha dado. Você vê que coisa inacreditável?! [riso] Ele era muito inteligente. Era muito inteligente. Era muito cínico e muito inteligente.

G.N. – Parece que ele se gabava de falar com malabarismos de linguagem nas entrevistas dele.

R.M. – Ele criava. Ele tinha o dom de criar frases que pegavam. Ele criou uma vez um advérbio, disse assim: “Agirei niponicamente”. Aí, isso pegou, a imprensa toda fez.

G.N. – Mas niponicamente é o quê? É traiçoeiramente?

R.M. – Não. É da maneira drástica: ia liquidar tudo. Quer dizer, como os nipônicos estavam agindo na China, devastando, com a política de terra arrasada, de terra devastada.

G.N. – Agora, um ponto que eu queria abordar também é essa questão do relacionamento do jornalista – o jornalista, o profissional mesmo de imprensa – e o DIP. Porque me parece que você foi do DIP.

R.M. – Eu fui. Eu fui do DIP porque... Comigo aconteceu uma coisa muito curiosa: eu não era do DIP; eu era de uma outra coisa que se chamava Departamento de Propaganda e Difusão Cultural [DPDC], onde estava a censura de cinema. Eu era censor de cinema. Então, era um censor de cinema muito liberal. Dentro da censura, havia elementos muito liberais.

Basta dizer o seguinte, os meus colegas na censura eram: o Vinícius de Moraes; o Pedro Dantas...

G.N. – O Prudente?⁴

R.M. – ...e muito liberal também, a Nazaré Prado, dos Prados de São Paulo. Agora, tinham outros: tinha um católico chamado Perilo Gomes, que era um homem do Itamaraty; tinha um outro do Itamaraty, que foi depois ministro e que era caricaturista também, o Nemésio Dutra; houve uma senhora integralista, a dona Maria Engraçadinha Pena, dona Maria de Oliveira Pena, que tinha o nome de dona Engraçadinha, que era mãe deste ministro Oliveira Pena, do Itamaraty; e dona Stela Guerra Durval e umas outras pessoas.

No tempo... Os problemas nossos foram, principalmente, no tempo da Revolução Espanhola, da Guerra Civil Espanhola. Nós recebemos vários protestos da delegação da Espanha, da embaixada da Espanha, porque não aprovamos um filme chamado *Bloqueio*. O assunto era o bloqueio dos portos espanhóis, apresentando o fascismo do Franco de uma maneira bastante violenta. Tivemos problema com *O último trem de Madri*, também...

[FINAL DO ARQUIVO 1014_RAIMUNDO MAGALHÃES]

R.M. – Tivemos problema com *O último trem de Madri*, também, e outros filmes dessa espécie. Mas o principal problema foi com um filme da Universal. Era um filme baseado em um romance de Erich Maria Remarque, chamava-se *The road back* (o regresso, a volta). Era a volta dos soldados alemães, derrotados na França, para dentro da Alemanha, e o estado em que eles encontravam suas famílias, seus filhos, seus lares...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

R.M. – Este filme foi aprovado por uma turma de que faziam parte: o Prudentinho, o Pedro Dantas; o Vinícius; eu; e não me lembro quais outros. Aprovamos o filme. O filme,

⁴Prudente de Moraes Neto escrevia sob o pseudônimo de Pedro Dantas.

realmente, era muito bom. Era um filme antinazista. E se não me engano, isso já era 1939. Era em 1939 já.

G.N. – Mas você foi censor em que período?

R.M. – Eu fui de 1936 a 1940. Aí, o filme foi aprovado e produziu-se, dentro do DIP – não era DIP ainda; era o Departamento de Difusão –, produziu-se um pânico lá dentro, porque disseram que iria haver a intervenção do Ministério da Guerra dentro do órgão. Mas no fim, apareceu lá um tenente-coronel chamado Leonídio de Oliveira Machado, que era do gabinete do Góis Monteiro, para pedir que o filme fosse submetido a nova censura, com a turma plena, com todos os censores presentes, com revisão. Então, fomos para uma cabine e o filme foi novamente projetado. E ele fez um ligeiro *speech* anterior, dizendo que o Ministério da Guerra tinha sabido daquele filme, que era um filme que estava preocupando muito porque se dizia que se tratava da desmoralização do exército alemão, mas que a desmoralização de um exército se reflete sobre os outros exércitos, embora não se trate especificamente do exército alemão, mas que nós não podemos deixar de estarmos atentos a essa circunstância etc. Aí, projetaram o filme. Alguns dos censores recuaram, uns três ou quatro, mas o filme foi novamente aprovado por maioria de votos. E ele saiu de lá indignado, revogante e o Ministério da Guerra assumiu a responsabilidade de proibir o filme.

Então, foi a minha última intervenção como censor, porque eu fui desligado e colocado em serviços administrativos. Aí, no ano seguinte, eu escrevi esse artigo em *Diretrizes*, o “Pisando na cola da quinta-coluna”, e eu estou lá um dia, de tarde, quando um oficial de gabinete do Dutra que era tenente nessa época, ele telefona para mim e diz que precisava falar comigo. Eu digo: “Pois não”. Ele disse: “Você me espera na rua São José que eu passo no meu carro, abro a porta e você entra”. Na hora aprazada, eu estava lá. Ele parou o carro, abriu a porta, eu entrei, ele bateu a porta e disse: “Olha, eu vou te levar lá para casa, porque eu ouvi uma conversa de que você vai ser preso por causa daquele artigo e mandado para o Forte de Copacabana. Quem estava te defendendo era o Néelson de Melo, dizendo que você é um jornalista muito insignificante para ser punido com uma coisa dessas e que vão dar gás a você”.

G.N. – Isso você... Você assinava artigos na *Diretrizes*?

R.M. – Em *Diretrizes*. “Você vai lá para a minha casa, porque eu sou uma pessoa insuspeita, sou do gabinete do Dutra, e lá ninguém vai te prender, não vai te procurar nem te prender”. Eu digo: “Você está doido! Eu vou pôr você em perigo”. Não aceitei. Era amigo de um amigo meu. Não aceitei. Aí, saí com a minha mulher e fui para um dos antros do direito brasileiro, que era a chefatura de polícia, com o Filinto Müller chefe de polícia. Começaram um processo contra mim no Ministério da Justiça, em segredo de Justiça. Um procurador da República, o dr. Fernando Antunes, foi nomeado para me ouvir sobre o artigo. Eu tinha que elucidar o que era o meu verdadeiro pensamento sobre aquele artigo, porque o artigo tinha umas ambiguidades, umas coisas assim. Porque nós não podíamos também, naquele momento de censura rígida, estar dizendo tudo [inaudível].

Então, eu fui chamado pelo ministro da Justiça interino, que era Vasco Leitão da Cunha. Cheguei lá ao gabinete dele e ele disse: “Olha, eu considero essa coisa que estão fazendo com você uma indignidade, mas eu não posso deixar de dar andamento a isso. Agora, você veja o que você vai fazer por aí para sair desse negócio. Nós vamos tocando isso aqui a fogo lento”. Aí, eu dei um depoimento e marcaram um outro para daí a dois dias. Nesse meio tempo, eu fui lá na polícia e tirei o passaporte. Entrei numa fila com a minha mulher e tiramos o passaporte.

Aí, eu embarco para os Estados Unidos de avião. Tem o seguinte, o avião, naquela época, era hidroavião: no primeiro dia, daqui para Recife, no segundo dia, de Recife para Belém e só no terceiro dia é que levantou voo. No terceiro dia, eu tinha o depoimento marcado para às duas horas da tarde, aqui. [riso] Aí, estávamos voando sobre a ilha de Marajó e, quando chegou do outro lado da ilha de Marajó, eu perguntei ao comandante: “Se houver qualquer coisa aqui, voltamos para Belém?”. Ele disse: “Não. Se houver qualquer coisa aqui, o nosso pouso agora é em Caiena”. Aí é que eu disse à minha mulher. Eu disse: “Eu estou com um processo no Rio e nós vamos ficar por aqui até isso passar”. [riso]

G.N. – Agora, há um aspecto também que o Edmar Morel, no livro *Revolta da Chibata*, conta: você, redator... Não sei qual era a revista...

R.M. – *A Revista da Semana*.

G.N. – *A Revista da Semana*, não é? [Você] fez uma série de reportagens...

R.M. – Fiz uma reportagem...

G.N. – Foi uma reportagem com o João Cândido, não é?

R.M. – Foi com o João Cândido.

G.N. – Ele era o líder da revolta e o senhor o encontrou na Praça XV, não é?

R.M. – É, com um balaio de caranguejo, vendendo caranguejo.

G.N. – Como foi o episódio? Parece que o senhor foi desaconselhado a insistir.

R.M. – Mas saiu publicado. Mas aí, o seguinte, não, houve... Houve ameaças, telefonemas de que havia um grupo de oficiais que iam lá com a chibata, iam me dar uma surra, mas não passou disso. Que queriam me dar uma surra, queriam, não é? . Eles ficavam indignados. Aqueles remanescentes da velha Marinha ficavam indignados quando nós dávamos razão ao João Cândido. Não podia deixar de dar. O castigo corporal era proibido desde a proclamação da República, desde o governo provisório, por lei de Deodoro, e continuavam a espancar marinheiros. Não era possível. Isso é verdade.

G.N. – Você teve contato direto com o João Cândido?

R.M. – Tive sim.

G.N. – E qual foi a impressão que lhe ficou dele?

R.M. – A minha impressão dele foi de um homem envelhecido e que se animava quando falava no passado, mas um trabalhador comum de beira de cais, pegando caranguejo para vender, pegando siri. Não era uma figura impressionante, não. Ele foi um líder daquele movimento porque era um marinheiro capaz, um marinheiro de boa classe, sabendo manobrar com aqueles canhões, com aquele navio. Ele não chegou a atirar, não é?

G.N. – Atirou. Chegou a atirar, sim.

R.M. – Ele chegou a atirar, talvez, mas não foi uma...

G.N. – Foi um tiro de advertência, não é?

R.M. – É. Não foi uma guerra, não é? E eles alcançaram alguma coisa com aquela... Alcançaram o objetivo deles: acabou a chibata dentro da Armada.

G.N. – Agora, um outro ponto que eu queria saber também, você falou na questão do congresso dos escritores...

R.M. – Eu não fui ao congresso dos escritores, mas acompanhei daqui. Foi uma coisa importantíssima.

G.N. – Mas ele foi muito marcado, me parece, por aquele... Na época, estava saindo um ensaio de um escocês, *Os irresponsáveis*, que denunciava a omissão dos intelectuais na Europa diante do nazismo, o Archibald Mac... Não sei se você conhece. Na época, era muito citado esse ensaio.

R.M. – Escocês? Não era americano, não? É o Archibald Mac Leish?

G.N. – Isso. Ele é americano?

R.M. – É. Ele é americano, sim.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

G.N. – ...a atitude diante do nazismo. E isso marcou muito o congresso, não é?

R.M. – É, isso... O congresso foi muito útil. E ainda havia uns resquícios de integralismo aí. Uma coisa que também nunca pegou com o Dantas foi o integralismo. Nunca teve... Nunca deu guarida. Havia uma pressão muito grande sobre a imprensa, naquela época.

G.N. – Mas eles chegaram, em algum grande jornal, chegaram a ter uma...?

R.M. – Não. Aqui no Rio, eles encontraram resistência da maior parte dos jornais – a não ser da *Gazeta de Notícias*, que estava inteiramente vendida aos interesses alemães, que dava muito. Mas eles foram obrigados a fundar o próprio jornal, aqui no Rio, chamado *A ofensiva*.

G.N. – Agora, voltando ao *Diário de Notícias*, por que ele era caracterizado como um jornal que os militares tinham preferência?

R.M. – Ah, pelo seguinte, porque... É a coisa mais interessante do Dantas: na época da maior perseguição ao *Diário de Notícias*, ele colocou repórteres nos ministérios militares – Ministério da Guerra e Ministério da Marinha e, mais tarde, Aeronáutica, quando foi criado –, para dar o maior noticiário possível do interesse dos militares – promoções, remoções e tudo, festas militares e tal, de maneira que os militares liam, sistematicamente, o *Diário de Notícias*. E então o editorial do *Diário de Notícias*... Isso foi realmente admirável da parte dele, poder influir no meio que podia mudar os caminhos do Brasil. Enquanto que os outros davam uma coisinha pequenininha do Ministério da Guerra, ele dava uma meia página ou dava uma página, às vezes, porque não faltava nada. Então, onde eles iam ler? Iam ler no *Diário de Notícias*, não é mesmo?

G.N. – Mas considerado o tempo que o Estado Novo durou, essa tática não teve grandes efeitos.

R.M. – Não, não. Essa tática foi boa. Ele tinha que manter aquilo. Compensava a ele do ponto de vista de ter leitores também, e leitores qualificados. Agora, ele sabia que aquilo era uma coisa lenta, não vinha de um dia para outro. Ele estava preparado para isso.

G.N. – Essa fase entre a derrubada da ditadura e a volta ao regime constitucional, em 1946, por exemplo, a questão das torturas na chefatura de polícia, de responsabilidade do Filinto Müller...

R.M. – Não, o Filinto Müller é o seguinte: é sabido que o Filinto Müller fazia executar pessoas que ele considerava inimigas do regime, que às vezes eram inimigas das ideias pessoais dele. Ele era um homem truculento e fazia uma sistemática de repressão, através da Polícia Especial. Era no quartel da Polícia Especial, no Morro de Santo Antônio, um lugar inacessível, onde não tinha tráfego de civis e eles podiam bater à vontade e o sujeito gritava e ninguém ouvia. E aí mataram muita gente.

G.N. – Não era no palácio da rua da Relação, não?

R.M. – Não, não. Não porque ali tinha vizinhos. Não era ali. Lá na Polícia Especial é que era o negócio.

G.N. – Derrubado o Estado Novo, ninguém tomou a iniciativa de apurar, de fazer a apuração desses casos?

R.M. – Não, não houve. Houve o seguinte: houve, da parte do David Nasser, uma tentativa...

G.N. – Aquele livro *Falta alguém em Nuremberg*?

R.M. – ...o *Falta alguém em Nuremberg* etc., mas não teve êxito porque o Filinto Müller subiu, imediatamente, com o Dutra, para posições políticas – ele e os irmãos –, em Mato Grosso. Eles dominavam o estado que era o estado do presidente da República. Ele teve imunidade sempre. Não deixou nunca de ter imunidades. Morreu com imunidades. Morreu senador da República, naquele acidente de avião.

G.N. – Exato.

R.M. – Ele procurou se colocar dentro do oficialismo. E depois, à medida que o passado vai ficando para trás, o negócio vai sendo muito mais difícil de se...

G.N. – Sim, mas houve uma tentativa. Houve uma CPI na Câmara.

R.M. – Houve, mas não produziu nada. Você sabe como são essas coisas, não é?

G.N. – O *Diário de Notícias* tocou nesse ponto, nessa ferida que ainda estava aberta, afinal?

R.M. – Sem muita violência. Eu acho o seguinte, se fosse... Atacou o Filinto, sim. Mas atacavam mais o Chateaubriand. Quando o Chateaubriand foi designado embaixador, por exemplo, os ataques do *Diário de Notícias* foram violentíssimos. Era de crápula para baixo. Quando o Chateaubriand comprou aquele mandato de um senador que ele era suplente e catapultou o senador, chutou o senador para cima para ficar com o cargo, aquilo ali foram uns ataques terríveis.

G.N. – Mas a questão ainda das torturas do Estado Novo, terá havido um acordo tácito para não se mexer naquilo?

R.M. – Não, não acredito. Não acredito. Talvez a dificuldade de obter os elementos necessários. Porque os cúmplices não iam se delatar, não é? Pegar médicos da Polícia Especial que assinaram atestados de óbito como colapso cardíaco, de sujeitos que levaram pancada? As pessoas que fizeram isso, quem é que vai...? Você acha fácil levantar isso hoje?

G.N. – Mas não houve... Porque parece que... você frisou muito bem.

R.M. – Sabe-se que houve muita violência no Morro de Santo Antônio, na Polícia Especial. Aquilo era sabido, era famoso.

G.N. – E a sua atuação no *Diário de Notícias* como era, em 1945?

R.M. – A minha [atuação], fora da parte de...

G.N. – De articulista...

R.M. – [A minha atuação], fora o período inicial, onde eu fui realmente redator e secretário por algum tempo, foi puramente de colaborador, de cronista, ou melhor, de articulista, expondo as minhas opiniões sobre os acontecimentos e pessoas com a mais ampla liberdade. Nunca tive a menor restrição.

G.N. – Sim, mas eram artigos políticos?

R.M. – Políticos e, algumas vezes, muito violentos e, algumas vezes, até perigosos para a minha saúde física. Eu, por exemplo, fiz uma campanha – eu acho que já era no período do João –, eu fiz uma campanha contra a compra do porta-aviões.

G.N. – O Minas Gerais? Já é bem para cá, não é?

R.M. – É. Fiz vários artigos contra, e dizendo que, na oportunidade, seria melhor termos porta-batatas do que porta-aviões. Porque havia crise de marinha mercante e não havia navios mercantes e estava faltando batata no mercado. Essas crises se repetiram e a importação de batata estava difícilíssima. “Em vez de ficarmos brincando de porta-aviões, vamos brincar de porta-batatas.” E era um negócio em que estava empenhada muita gente, naquela época, inclusive o Café Filho. Houve uma... Aquilo foi uma certa... Foi uma negociata. A compra daquele navio foi uma negociata, ninguém me tira da cabeça isto. Inclusive porque o conserto na Holanda foi mais caro do que o navio, sabia? E pagaram uma tripulação que ficou na Holanda, morando na Holanda até não sei quando, ganhando em dólar.

G.N. – Ainda nessa fase de 1945, a questão da liberdade de imprensa, como é que ela foi?

R.M. – A liberdade de imprensa foi tomada. Foi tomada da ditadura. Em fevereiro de 1945, foi tomada.

G.N. – Com a entrevista do José Américo.

R.M. – É. Depois de tomada, aí, romperam-se todos os diques. Basta lhe dizer o seguinte, que *A Manhã*, de Apporelly, que não saía há muito tempo, voltou a circular imediatamente e mais corrosiva do que nunca. E sabe quem eram as pessoas que faziam *A Manhã* naquele tempo? Eram as seguintes...

G.N. – Mas que outros fatos mostrariam essa relutância dos jornais...?

R.M. – Houve, da parte de alguns jornais, uma relutância, sobretudo o seguinte: achando que a liberdade excessiva ia colocar o país nas mãos dos comunistas. Isso houve. E alguns raciocinaram nessa base.

G.N. – Quais jornais tomaram uma posição nesse sentido?

R.M. – Quase todos. Quase todos os jornais de burgueses tinham essa posição.

G.N. – O *Diário de Notícias* também?

R.M. – Quase todos. Agora, na verdade, o que aconteceu é que os comunistas revelaram uma fraqueza eleitoral muito grande, como revelariam hoje, como revelariam em 1964, se tivessem sido chamados às urnas. Eu acredito que esta tendência para cassar os partidos de extrema esquerda, que continua no Brasil, e muita gente acha que não teve, porque são antidemocráticos, eu acredito que é uma tolice rematada, porque se o partido tiver a liberdade de funcionar, então nós sabemos quem são os seus elementos, conhecemos. Eles se caracterizam, eles se revelam, não é mesmo? Ao passo que, se permanecerem na clandestinidade, em primeiro lugar, a opinião não desaparece. Não desaparece. Quem era comunista continua a ser comunista. Não se pode também pegar os comunistas e fuzilar uma parte da população porque é comunista, não é?

G.N. – Agora, você, que viveu esse período de 1945, esse processo de agonia do Estado Novo e os fatos que estão ocorrendo agora, você traçaria um paralelo entre...? Como você compararia?

R.M. – Eu não comparo, pelo seguinte: porque não é possível. É um período histórico inteiramente diferente. Em primeiro lugar, Getúlio, quando estabeleceu a sua ditadura, ele outorgou uma Constituição que não foi nem executada. Fechou o Congresso. O regime que veio de 1964 para cá é um regime que não permite a participação dos brasileiros em geral no seu sistema, na vida política brasileira, mas ele se preocupou com algumas formalidades que o Getúlio colocou de parte: uma, mantém um Congresso, ainda que seja um Congresso de carimbo, mas mantém um Congresso, e dentro desse Congresso, de quando em quando, uma pessoa se destaca lá e faz um discurso, um grande discurso, faz declarações que repercutem no país inteiro e colocam um problema. Nós vimos isso. Às vezes, com o risco de ser cassado, mas colocam os problemas. Então, com toda a censura que houve para a pequena imprensa e mesmo para a grande imprensa nesse período, não se pode comparar com o período do Getúlio, de maneira nenhuma. O período da ditadura do Getúlio foi uma ditadura realmente séria, severa. Essa tem tido, de quando em quando, um endurecimento e, depois, uma certa complacência.

G.N. – É mais sábia?

R.M. – Não sei se é mais sábia. O que eu acredito é que talvez seja mais maliciosa, mais inteligente, mais maquiavélica. Agora, quando se quer... O problema do Getúlio é o seguinte: o Getúlio criou uma coisa que só podia ser resolvida com a remoção do Getúlio. Mesmo porque, quando ele abriu, retomou o processo eleitoral, fez uma lei eleitoral e convocou uma Constituinte, ele ainda estava tentando manobrar contra isto. Agora não. Agora há uma coisa que está realmente em transformação. O que está aí está em transformação. E no entanto, essa transformação não exige que seja, de imediato, uma pessoa ou outra, mas sim que a própria instituição seja emendada, retocada, polida, melhorada, que se desfaçam de umas tantas coisas ruins e coloquem umas tantas coisas boas. Mas não é em bloco. Não está sendo discutido em bloco. Eu acho que há uma diferença. A diferença essencial, para mim, é isso. E

também, os que estão no poder não estão incorrendo numa odiosidade tão tremenda como naquele momento. Não há, hoje, a figura de um chefe de polícia como o Filinto Müller.

G.N. – Sim, mas...

R.M. – Pode haver vários...

G.N. – É impessoal.

R.M. – ...dissolvido aí por vários estados, mas naquele momento, ele era uma figura capital e com ação no país inteiro.

G.N. – Mas, de certa maneira, a figura do Filinto Müller é justamente isso, é importante se frisar. Justamente não permitiu ele servir de bode-expiatório para tudo que se praticou durante a ditadura de Getúlio, todas as violências, todas as barbaridades e torturas? Não foi a saída mais cômoda, apontar o Filinto Müller à execração – sem pretender absolvê-lo – e deixar intactas as raízes de toda aquela repressão? Você não acha isso? Houve essa...?

R.M. – Houve uma complacência com ele. Alguns achando talvez que ele tivesse servido aos interesses da classe dirigente.

G.N. – Mas essas forças...

R.M. – Não houve um expurgo. Basta dizer que figuras que serviram no período ditatorial em posições dominantes continuaram depois dentro da vida pública. Não houve um expurgo. Houve uma espécie de complacência, de tolerância. No meio daquela renovação que houve, uma certa renovação, ficaram uns salvados de incêndio aí, umas figuras um pouco tristes.

G.N. – Bom, então, para encerrar, eu lhe peço: como você aprecia a chamada redemocratização de 1946?

R.M. – A de 1946?

G.N. – É.

R.M. – A de 1946 foi fraudada logo, pelas cassações. Foi o primeiro erro. Eu considero aquilo um erro, porque foi um processo de degeneração.

G.N. – A cassação do mandato dos...

R.M. – [A cassação] dos mandatos comunistas, que abriu caminho para a cassação de outros mandatos, que é uma coisa sem precedente no Brasil. Onde é que você encontra esse precedente?

G.N. – A partir daí, então...

R.M. – Eu acho que foi um erro. Foi um erro grave. Os comunistas não teriam chegado ao poder, como não chegaram na Espanha agora. Eles eram uma minoria, não havia... Os regimentos das casas do Congresso não permitiam que eles tivessem uma atuação muito significativa. Eles não podiam perturbar o processo legislativo. Eu achei uma coisa inteiramente errada. Agora, que a lei eleitoral no início foi boa, foi, porque permitiu a organização de todos os partidos, a organização partidária mais fácil. Agora nós temos esse bipartidarismo, que não pode...

G.N. – Está rifado já.

R.M. – É.

G.N. – Agora teria a...

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

G.N. – ...exerci um mandato de oito anos aqui, como vereador, no Distrito Federal, pelo Partido Socialista. Mas hoje, se restaurarem o Partido Socialista...

[FINAL DO DEPOIMENTO]